

EDITAL VERTICALIZADO

DP-DF

ANALISTA - DIREITO E LEGISLAÇÃO



**A CASA DO
SIMULADO**

praticar é a chave!

CONCURSO DE DP-DF
CARGO: ANALISTA – DIREITO E LEGISLAÇÃO

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA DE REALIZAÇÃO DE CERTAME:

PROVA OBJETIVA: 08/11/2020 (MANHÃ) – DURAÇÃO: 3h30

PROVA DISCURSIVA: 08/11/2020 (TARDE) – DURAÇÃO: 3h

BANCA: CEBRASPE.

FASES DO CONCURSO:

- a) provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório;
- b) prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório;
- c) avaliação de títulos, de caráter classificatório.

PROVA OBJETIVA

NÚMERO DE QUESTÕES: 120 - Estilo de certo ou errado.

- 50 questões de Conhecimentos Básicos;
- 70 questões de Conhecimentos Especializados.

PONTUAÇÃO: 120 pontos.

PROVA DISCURSIVA

A prova discursiva consistirá da redação de uma dissertação acerca de tema de atualidade e de três questões a respeito dos objetos de avaliação de conhecimentos especializados de cada cargo/área/especialidade.

1. DISSERTAÇÃO

PONTUAÇÃO: 20 pontos.

LIMITE MÁXIMO DE LINHAS: 30 linhas.

CRITÉRIO DE CORREÇÃO

A dissertação será avaliada conforme os seguintes critérios:

- a) a apresentação e a estrutura textuais e o desenvolvimento do tema totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo (NC), cuja pontuação máxima será limitada ao valor de 20,00 pontos;
- b) a avaliação do domínio da modalidade escrita totalizará o número de erros (NE) do candidato, considerando-se aspectos de natureza linguística, tais como grafia, morfossintaxe e propriedade vocabular;
- c) será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou ultrapassar o número máximo de linhas estabelecido;
- d) será calculada, então, a nota na dissertação (NP3) pela fórmula $NP3 = NC - 4 \times NE \div TL$, em que TL corresponde ao número de linhas efetivamente escritas pelo candidato;
- e) será atribuída nota zero ao texto que obtiver $NP3 < 0,00$;
- f) nos casos de fuga ao tema, ou de não haver texto, o candidato receberá nota igual a zero;
- g) será eliminado o candidato que obtiver NP3 inferior a 10,00 pontos.

2. QUESTÕES

PONTUAÇÃO: 30 pontos (10 pontos por questão).

LIMITE MÁXIMO DE LINHAS: 20 linhas por questão.

CRITÉRIO DE CORREÇÃO

Cada questão da prova discursiva será avaliada conforme os seguintes critérios:

- a) a apresentação e a estrutura textuais e o desenvolvimento do tema totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo (NC_i), cuja pontuação máxima será limitada ao valor de 10,00 pontos, em que $i = 1, 2$ e 3 ;
- b) a avaliação do domínio da modalidade escrita totalizará o número de erros (NE_i) do candidato, considerando-se aspectos de natureza linguística, tais como grafia, morfossintaxe e propriedade vocabular;
- c) será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou ultrapassar o número máximo de linhas estabelecido;
- d) será calculada, então, para cada questão, a nota na questão discursiva (NQ_i) pela fórmula: $NQ_i = NC_i - 2 \times NE_i \div TL_i$, em que TL_i corresponde ao número de linhas efetivamente escritas pelo candidato na resposta à questão proposta;
- e) será atribuída nota zero ao texto que obtiver $NQ_i < 0,00$;
- f) nos casos de fuga ao tema, ou de não haver texto, o candidato receberá nota igual a zero;
- g) a soma das notas das questões comporá a nota das questões discursivas (NP4);
- h) será eliminado o candidato que obtiver NP4 inferior a 15,00 pontos.

OBSERVAÇÕES:

- A nota final na prova discursiva (NFPD) será a soma da nota final na dissertação (NP3) e da nota final nas questões (NP4).
- O texto definitivo da prova discursiva deverá ser manuscrito, **em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente**, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas. Nesse caso, o candidato será acompanhado por aplicador especializado do Cebraspe devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto — o qual será gravado em áudio —, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.
- O caderno de textos definitivos da prova discursiva não poderá ser assinado, rubricado ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova discursiva. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da prova discursiva.
- O caderno de textos definitivos será o único documento válido para a avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho do caderno de provas é de preenchimento facultativo e não é válida para a avaliação da prova discursiva.
- O caderno de textos definitivos não será substituído por motivo de erro do candidato em seu preenchimento.

LÍNGUA PORTUGUESA

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.					
2 Reconhecimento de 33 tipos e gêneros textuais.					
3 Domínio da ortografia oficial.					
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.					
4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.					
4.2 Emprego de tempos e modos verbais.					
5 Domínio da estrutura morfossintática do período.					
5.1 Emprego das classes de palavras.					
5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.					
5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.					
5.4 Emprego dos sinais de pontuação.					
5.5 Concordância verbal e nominal.					
5.6 Regência verbal e nominal.					
5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.					
5.8 Colocação dos pronomes átonos.					
6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.					
6.1 Significação das palavras.					
6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.					
6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.					
6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.					

CONHECIMENTOS SOBRE O DISTRITO FEDERAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), instituída pela Lei Complementar nº 94/1998 e suas alterações.					

LEGISLAÇÃO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Lei Orgânica do Distrito Federal.					
1.1 Fundamentos da Organização dos Poderes e do Distrito Federal.					
1.2 Organização do Distrito Federal.					
1.3 Organização Administrativa do Distrito Federal.					
2 Lei Complementar Distrital nº 840/2011 e suas alterações (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais).					
3 Lei Complementar do Distrito Federal nº 828/2010 e suas alterações.					

DIREITO ADMINISTRATIVO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Estado, governo e administração pública.					
1.1 Conceitos.					
1.2 Elementos.					
2 Direito administrativo.					
2.1 Conceito.					
2.2 Objeto.					
2.3 Fontes.					
3 Ato administrativo.					
3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.					
3.2 Extinção do ato administrativo.					
3.2.1 Cassação, anulação, revogação e convalidação.					
3.3 Decadência administrativa.					
4 Agentes públicos do Distrito Federal.					
4.1 Disposições constitucionais aplicáveis.					
4.2 Disposições doutrinárias.					
4.2.1 Conceito.					
4.2.2 Espécies.					
4.2.3 Cargo, emprego e função pública.					
4.2.4 Provimento.					
4.2.5 Vacância.					
4.2.6 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade.					
4.2.7 Remuneração.					
4.2.8 Direitos e deveres.					
4.2.9 Responsabilidade.					
4.2.10 Processo administrativo disciplinar.					

4.3 Lei Complementar Distrital nº 840/2011 e suas alterações (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais).					
5 Poderes da administração pública.					
5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.					
5.2 Uso e abuso do poder.					
6 Regime jurídicoadministrativo.					
6.1 Conceito.					
6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.					
7 Responsabilidade civil do Estado.					
7.1 Evolução histórica.					
7.2 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.					
7.2.1 Responsabilidade por ato comissivo do Estado.					
7.2.2 Responsabilidade por omissão do Estado.					
7.3 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.					
7.4 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.					
7.5 Reparação do dano.					
7.6 Direito de regresso.					
8 Serviços públicos.					
8.1 Conceito.					
8.2 Elementos constitutivos.					
8.3 Formas de prestação e meios de execução.					
8.4 Delegação.					
8.4.1 Concessão, permissão e autorização.					
8.5 Classificação.					
8.6 Princípios.					
9 Organização administrativa.					
9.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração.					
9.2 Administração direta e indireta.					

9.3 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.					
9.4 Entidades paraestatais e terceiro setor.					
9.4.1 Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.					
10 Controle da administração pública.					
10.1 Controle exercido pela administração pública.					
10.2 Controle judicial.					
10.3 Controle legislativo.					
10.4 Improbidade administrativa.					
10.4.1 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações.					
11 Processo administrativo.					
11.1 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações.					

DIREITO CONSTITUCIONAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.					
2 Aplicabilidade das normas constitucionais.					
2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada.					
2.2 Normas programáticas.					
3 Direitos e garantias fundamentais.					
3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.					
4 Organização político-administrativa do Estado.					
4.1 Estado federal brasileiro, União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.					
5 Administração Pública.					
5.1 Disposições gerais, servidores públicos.					
6 Poder Executivo.					
6.1 Atribuições e responsabilidades do Presidente da República.					
7 Poder Legislativo.					
7.1 Estrutura.					
7.2 Funcionamento e atribuições.					
7.3 Processo legislativo.					
7.3.1 Processo legislativo federal: conceito, espécies normativas, modalidades, fases.					
7.3.2 Processo legislativo estadual, distrital e municipal: Normas constitucionais federais aplicáveis.					
7.3.3 Processo legislativo na Lei Orgânica do Distrito Federal.					
7.3.4 Elaboração, redação, alteração e consolidação das leis e atos normativos federais e distritais.					
7.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.					
7.5 Comissões parlamentares de inquérito.					
8 Poder Judiciário.					
8.1 Disposições gerais.					

8.2 Órgãos do poder judiciário.					
8.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça.					
8.2.1.1 Composição e competências.					
9 Funções essenciais à justiça.					
9.1 Ministério Público, Advocacia Pública.					
9.2 Advocacia.					
9.3 Defensoria Pública.					
10 Controle de constitucionalidade.					
10.1 Controle judicial de constitucionalidade: conceito, histórico, sistemas, pressupostos, modalidades, órgãos competentes, sujeitos legitimados, objetos de controle, tipos de inconstitucionalidade, parâmetros de controle, formalidades, procedimentos, julgamentos, decisões, efeitos das decisões, técnicas de decisão, segurança e estabilidade das decisões.					
10.2 Ação Direta de Inconstitucionalidade por Ação e por Omissão.					
10.3 Ação Declaratória de Constitucionalidade.					
10.4 Arguição de descumprimento de preceito fundamental.					
10.5 Representação Interventiva.					
10.6 Incidente de arguição de inconstitucionalidade.					
10.7 Recurso Extraordinário.					
10.8 Súmula Vinculante.					
10.9 Reclamação Constitucional.					
10.10 Controle não judicial de constitucionalidade: órgãos, institutos e procedimentos.					
10.11 Controle de constitucionalidade nos Estados e no Distrito Federal.					

DIREITO PENAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Direito Penal e Poder Punitivo.					
2 Direito Penal de Autor e Direito Penal do Ato.					
2.1 Garantismo Penal.					
2.2 Direito Penal do Inimigo.					
2.3 Dinâmica Histórica da Legislação Penal.					
3 Funções da pena. Teorias.					
4 Características e fontes do Direito Penal.					
5 Princípios aplicáveis ao Direito Penal.					
6 Bem jurídico-penal.					
6.1 Teorias.					
7 Aplicação da lei penal.					
7.1 A lei penal no tempo e no espaço.					
7.2 Tempo e lugar do crime.					
7.3 Lei penal excepcional, especial e temporária.					
7.4 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.					
7.5 Pena cumprida no estrangeiro.					
7.6 Eficácia da sentença estrangeira.					
7.7 Contagem de prazo.					
7.8 Frações não computáveis da pena.					
7.9 Interpretação da lei penal.					
7.10 Analogia.					
7.11 Irretroatividade da lei penal.					
7.12 Conflito aparente de normas penais.					
8 Teoria do delito.					
8.1 Classificação dos crimes.					

8.2 Teoria da ação.					
8.3 Teoria do tipo. O fato típico e seus elementos.					
8.4 Relação de causalidade. Teorias. Imputação objetiva.					
8.5 Tipos dolosos de ação.					
8.6 Tipos dos crimes de imprudência.					
8.7 Tipos dos crimes de omissão.					
8.8 Consumação e tentativa.					
9 Desistência voluntária e arrependimento eficaz.					
10 Arrependimento posterior.					
11 Crime impossível.					
12 Agravação pelo resultado.					
13 Erro.					
13.1 Discriminantes putativas.					
13.2 Erro determinado por terceiro.					
13.3 Erro sobre a pessoa.					
13.4 Erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição).					
14 Concurso de crimes.					
15 Ilicitude.					
16 Culpabilidade.					
17 Concurso de pessoas.					
18 Penas.					
18.1 Espécies de penas.					
18.2 Cominação das penas.					
18.3 Aplicação da pena.					
18.4 Suspensão condicional da pena.					
18.5 Livramento condicional.					
18.6 Efeitos da condenação.					
18.7 Reabilitação.					

18.8 Execução das penas em espécie e incidentes de execução.					
18.9 Limites das penas.					
18.10 Indulto e comutação.					
19 Direito Penal e saúde mental.					
19.1 Medidas de segurança: evolução histórica, conceito, espécies, execução.					
20 Ação penal.					
21 Punibilidade e causas de extinção.					
22 Prescrição.					
23 Crimes contra a pessoa.					
24 Crimes contra o patrimônio.					
25 Crimes contra a dignidade sexual.					
26 Crimes contra a família.					
27 Crimes contra a incolumidade pública.					
28 Crimes contra a paz pública.					
29 Crimes contra a fé pública.					
30 Crimes contra a Administração Pública.					
31 Lei nº 8.072/1990 e suas alterações (delitos hediondos).					
32 Lei nº 7.716/1989 e suas alterações (crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor).					
33 Lei nº 9.455/1997 e suas alterações (crimes de tortura).					
34 Lei nº 12.694/2012 e Lei nº 12.850/2013 e suas alterações (crime organizado).					
35 Lei nº 9.503/1997 e suas alterações (crimes de trânsito).					
36 Lei nº 11.343/2006 e suas alterações (Lei Antidrogas).					
37 Lei nº 4.898/1965 e suas alterações (abuso de autoridade).					
38 Lei nº 10.826/2003 e suas alterações (Estatuto do Desarmamento).					
39 Convenção americana sobre direitos humanos (Pacto de São José e Decreto nº 678/1992).					
40 Lei nº 11.340/2006 e suas alterações (Lei Maria da Penha).					
41 Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente).					
42 Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do Idoso).					

43 Leis nº 6.766/1979 e suas alterações, e nº 10.932/2004 (crimes contra o parcelamento do solo urbano).					
44 Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (Lei de Execução Penal).					
45 Lei nº 13.964/2019 e suas alterações.					
46 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.					

CRIMINOLOGIA

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Criminologia.					
1.1 Conceito.					
1.2 Métodos.					
1.2.1 Empirismo e interdisciplinaridade.					
1.3 Objetos da criminologia.					
1.3.1 Delito, delinquente, vítima, controle social.					
2 Funções da criminologia.					
2.1 Criminologia e política criminal.					
2.2 Direito penal.					
3 Modelos teóricos da criminologia.					
3.1 Teorias sociológicas.					
3.2 Prevenção da infração penal no Estado democrático de direito.					
3.3 Prevenção primária.					
3.4 Prevenção secundária.					
3.5 Prevenção terciária.					
3.6 Modelos de reação ao crime.					

DIREITO PROCESSUAL PENAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Processo Penal Brasileiro. Processo Penal Constitucional.					
2 Sistemas e Princípios Fundamentais.					
2.1 Princípios que regem o processo penal.					
3 Direitos e garantias aplicáveis ao processo penal na Constituição Federal.					
3.1 Direitos e garantias aplicáveis ao processo penal nos tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil.					
4 Conceito e características do devido processo penal.					
5 Conceito e características do processo penal inquisitório e acusatório.					
6 Fontes do processo penal.					
7 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.					
7.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal.					
8 Sistemas de investigação preliminar.					
8.1 Inquérito policial.					
8.2 Identificação criminal.					
8.3 Meios de obtenção de prova na persecução criminal.					
8.4 Busca e apreensão.					
8.5 Lei nº 9.296/1996 (Interceptação telefônica).					
8.6 Quebra de sigilo telefônico, bancário e fiscal.					
8.7 Delação premiada.					
9 Processo, procedimento e relação jurídica processual.					
9.1 Elementos identificadores da relação processual.					
9.2 Formas do procedimento.					
9.3 Princípios gerais e informadores do processo.					
9.4 Pretensão punitiva.					
9.5 Tipos de processo penal.					

10 Ação penal.					
11 Ação civil ex delicto.					
12 Jurisdição e Competência.					
13 Questões e processos incidentes.					
14 Prova.					
14.1 Ônus da prova.					
15 Sujeitos do Processo.					
16 O papel da vítima no processo penal.					
17 O direito de defesa.					
17.1 Autodefesa e defesa técnica.					
18 Prisão. 18.1 Prisão em flagrante.					
18.2 Prisão preventiva.					
18.3 Lei nº 7.960/1989 e suas alterações (Prisão temporária).					
18.4 Prisão domiciliar.					
18.5 Relaxamento e liberdade provisória.					
18.6 Medidas cautelares diversas da prisão.					
18.7 A implantação das audiências de custódia.					
19 Citações e intimações.					
20 Atos processuais e atos judiciais.					
21 Procedimentos.					
21.1 Processo comum.					
21.2 Processos especiais.					
22 Lei nº 9.099/1995 e suas alterações.					
23 Prazos.					
23.1 Características, princípios e contagem.					
24 Nulidades.					
25 Recursos em geral.					
26 Ações de impugnação.					

26.1 Revisão criminal.					
26.2 Habeas corpus.					
26.3 Mandado de segurança contra ato jurisdicional penal.					
27 Normas processuais da Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (execução penal).					
28 Disposições gerais do Código de Processo Penal.					
29 Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil.					
30 Lei nº 12.258/2010 (monitoramento eletrônico).					
31 Lei nº 13.964/2019 e suas alterações.					
32 Assistência jurídica integral e gratuita.					
32.1 Aspectos processuais.					

DIREITO CIVIL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.					
1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.					
1.2 Conflito das leis no tempo.					
1.3 Eficácia das leis no espaço.					
2 Pessoas naturais.					
2.1 Conceito.					
2.2 Início da pessoa natural.					
2.3 Personalidade.					
2.4 Capacidade.					
2.5 Direitos da personalidade.					
2.6 Domicílio.					
3 Pessoas jurídicas.					
3.1 Disposições Gerais.					
3.2 Constituição.					
3.3 Extinção.					
3.4 Sociedades de fato.					
3.5 Associações.					
3.6 Fundações.					
4 Bens imóveis, móveis e públicos.					
5 Fato jurídico.					
6 Negócio jurídico.					
6.1 Disposições gerais.					
6.2 Invalidade.					
7 Prescrição.					
7.1 Disposições gerais.					

8 Decadência.					
9 Obrigações.					
9.1 Características.					
9.2 Adimplemento pelo pagamento.					
9.3 Inadimplemento das obrigações – disposições gerais e mora.					
10 Contratos.					
10.1 Princípios.					
10.2 Contratos em geral.					
10.3 Disposições gerais.					
11 Responsabilidade civil objetiva e subjetiva.					
11.1 Obrigação de indenizar.					
11.2 Dano material.					
11.3 Dano moral.					
12. Do Direito das Coisas.					
12.1 Da posse.					
12.2 Dos Direitos Reais.					
12.3 Da Propriedade.					
12.4 Da Superfície.					
12.5 Das Servidões.					
12.6 Do Usufruto.					
12.7 Do Uso.					
12.8 Da Habitação.					
12.9 Do Direito do Promitente Comprador.					
12.10 Do Penhor, da Hipoteca e da Anticrese.					
13 Do Direito de Família.					
13.1 Do Direito Pessoal.					
13.2 Do Direito Patrimonial.					
13.3 Da União Estável.					

13.4 Da Tutela e Curatela.					
14 Do Direito das Sucessões.					
14.1 Da Sucessão em Geral.					
14.2 Da Sucessão Legítima.					
14.3 Da Sucessão Testamentária.					
14.4 Do Inventário e Partilha.					
15 Lei nº 8.078/1990 e suas alterações.					
15.1 Consumidor.					
15.2 Fornecedor.					

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil).					
1.1 Normas processuais civis.					
1.2 Função jurisdicional.					
1.3 Ação.					
1.3.1 Conceito, natureza, elementos e características.					
1.3.2 Condições da ação.					
1.3.3 Classificação.					
1.4 Pressupostos processuais.					
1.5 Preclusão.					
1.6 Sujeitos do processo.					
1.6.1 Capacidade processual e postulatória.					
1.6.2 Deveres das partes e procuradores.					
1.6.3 Procuradores.					
1.6.4 Sucessão das partes e dos procuradores.					
1.7 Litisconsórcio.					
1.8 Intervenção de terceiros.					
1.9 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.					
1.10 Ministério Público.					
1.11 Advocacia Pública.					
1.12 Defensoria Pública.					
1.13 Atos processuais.					
1.13.1 Forma dos atos.					
1.13.2 Tempo e lugar.					
1.13.3 Prazos.					
1.13.4 Comunicação dos atos processuais.					

1.13.5 Nulidades.					
1.13.6 Distribuição e registro.					
1.13.7 Valor da causa.					
1.14 Tutela provisória.					
1.14.1 Tutela de urgência.					
1.14.2 Disposições gerais.					
1.15 Formação, suspensão e extinção do processo.					
1.16 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença.					
1.16.1 Procedimento comum.					
1.16.2 Disposições Gerais.					
1.16.3 Petição inicial.					
1.16.4 Improcedência liminar do pedido.					
1.16.5 Audiência de conciliação ou de mediação.					
1.16.6 Contestação, reconvenção e revelia.					
1.16.7 Audiência de instrução e julgamento.					
1.16.8 Providências preliminares e do saneamento.					
1.16.9 Julgamento conforme o estado do processo.					
1.16.10 Provas.					
1.16.11 Sentença e coisa julgada.					
1.16.12 Cumprimento da sentença.					
1.16.13 Disposições Gerais.					
1.16.14 Cumprimento.					
1.16.15 Liquidação.					
1.17 Procedimentos Especiais.					
1.18 Procedimentos de jurisdição voluntária.					
1.19 Processos de execução.					
1.20 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.					
1.21 Livro Complementar.					

1.21.1 Disposições finais e transitórias.					
2 Mandado de segurança.					
3 Ação popular.					
4 Ação civil pública.					
5 Ação de improbidade administrativa.					
6 Reclamação constitucional.					
7 Lei nº 8.245/1991 e suas alterações (Locação de imóveis urbanos).					
7.1 Procedimentos.					
8 Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).					
9 Assunção de competência (IAC).					
10 Recursos.					
11 Precedentes vinculantes.					
12 Controle de constitucionalidade.					
13 Ação rescisória.					
14 Juizados especiais da fazenda pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.					

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Aspectos gerais do Direito da Criança e do Adolescente. A proteção da infância no Brasil. Legislação. Constituição. Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disposições preliminares, direitos fundamentais, prevenção, medidas de proteção, perda e suspensão do poder familiar, destituição de tutela, colocação em família substituta. Normas de interpretação do ECA. Normas esparsas.					
2 Doutrinas jurídicas de proteção.					
2.1 Doutrina da situação irregular e doutrina da proteção integral.					
3 Princípio da prioridade absoluta.					
4 Princípio do melhor interesse para a criança e o adolescente.					
5 Direitos fundamentais.					
5.1 Direito à vida e à saúde.					
5.2 Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.					
5.3 Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer.					
6 Direito à profissionalização e à proteção do trabalho urbano e rural do Adolescente.					
7 Direito à convivência familiar e comunitária. Poder familiar. Parentesco. Família natural e família substituta. Família substituta nacional e estrangeira. Espécies de família substituta e regras especiais. Guarda; tutela e adoção. Alternativas de acolhimento familiar.					
8 A infância e a adolescência no contexto internacional – Convenção Internacional dos Direitos da Criança (ONU, 1989) e principais documentos internacionais.					
9 Direito à vida e a proteção do nascituro. Aspectos constitucionais e legais.					
10 Medidas de proteção. Medidas específicas de proteção.					
11 A Justiça da Infância e da Juventude. Aspectos processuais e procedimentos especiais. Recursos.					
12 O acesso à Justiça na defesa dos interesses individuais, coletivos e difusos. A atuação do Juiz da Infância e da Juventude.					

13 Ato infracional. Medidas socioeducativas. Remissão. Direitos individuais. Proteção Judicial aos interesses individuais. Garantias processuais.					
14 Medidas pertinentes aos pais ou responsáveis.					
15 Conselhos tutelares. Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente. Estrutura. Atribuições.					
16 Responsabilidade civil. Danos Causados por Crianças e Adolescentes.					
17 Crimes e infrações administrativas contra a criança e o adolescente: Código Penal, Estatuto e legislação especial. Aspectos constitucionais e legais.					
18 Lei nº 12.594/2012 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo).					
19 Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo.					

DIREITO DO CONSUMIDOR

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Direito do consumidor.					
1.1 Natureza e fonte de suas regras.					
1.2 Características e princípios do Código de Defesa do Consumidor.					
1.3 Integrantes e objeto da relação de consumo.					
1.4 Política nacional de relações de consumo.					
1.4.1 Objetivos e princípios.					
1.5 Direitos básicos do consumidor.					
1.6 Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação de danos.					
1.6.1 Proteção à saúde e segurança, responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, responsabilidade por vício do produto e do serviço, decadência e prescrição, desconsideração da personalidade jurídica.					
1.7 Práticas comerciais.					
1.7.1 Oferta e efeito vinculante da oferta publicitária, publicidade, práticas abusivas, cobrança de dívidas, bancos de dados e cadastros de consumidores.					
1.8 Proteção contratual.					
1.8.1 Princípios basilares dos contratos de consumo, cláusulas abusivas, contratos de adesão.					
1.9 Sanções administrativas.					
2 Infrações penais.					
2.1 As relações de consumo como bem jurídico penal.					
2.2 Sujeitos ativo e passivo dos crimes contra as relações de consumo.					
2.3 Resultado nas infrações penais de consumo e crimes de perigo.					
2.4 Responsabilidade penal da pessoa jurídica.					
2.5 Tipos penais.					
3 Defesa do consumidor em juízo.					
3.1 Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.					

3.2 Legitimidade ativa para a propositura de ações coletivas.					
3.3 Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos.					
3.4 Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços.					
3.5 Coisa julgada.					
4 Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.					
4.1 PROCON.					
5 Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor.					
6 Relação de consumo no serviço público.					

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Teoria constitucional dos direitos difusos e coletivos.					
1.1 Interesse público e privado.					
1.2 Interesse público primário e secundário.					
1.3 Interesses difusos, coletivos e individual homogêneos.					
1.4 A defesa judicial dos interesses transindividuais.					
2 Ação civil pública.					
3 Inquérito civil público.					
3.1 Natureza, objeto, finalidade, instauração, procedimento, produção de provas, transação e arquivamento.					
3.2 Termo de ajuste de conduta.					
4 Defesa das pessoas idosas.					
5 Proteção ao meio ambiente.					
6 Proteção aos patrimônios cultural, público e social.					
7 Defesa das pessoas com deficiência.					
8 Defesa da ordem urbanística.					
9 A tutela em juízo dos interesses individuais homogêneos, difusos e coletivos.					
9.1 Competência.					
9.2 Ônus da prova.					
9.3 Legitimidade ordinária e extraordinária.					
9.4 Legitimidade ativa e passiva.					
9.5 Legitimidade ativa da Defensoria Pública.					
9.6 Litisconsórcio e assistência.					
9.7 Conexão, continência e litispendência.					
9.8 Liminares e recursos.					
9.9 Multas.					

9.10 Fundo para reconstituição do bem lesado.					
9.10.1 Fundos federais, fundos estaduais, receitas do fundo, finalidades do fundo, reparação das lesões individuais.					
9.11 Sentença e coisa julgada.					
9.12 Tutela coletiva do direito à saúde.					
9.13. Tutela coletiva do direito à educação.					
9.14 Tutela coletiva do direito à cidade e do direito à moradia.					
9.15 Tutela coletiva do direito ao transporte público e à mobilidade urbana.					
9.16 Tutela coletiva dos direitos das pessoas com deficiência.					
9.17 Tutela coletiva dos direitos das pessoas privadas de liberdade.					
9.18 Tutela coletiva dos direitos dos idosos.					
9.19 Tutela coletiva e Estatuto da Igualdade Racial.					
9.20 Tutela coletiva do direito de livre expressão e de manifestação cultural.					
9.21 Responsabilidade por custas, honorários advocatícios e demais encargos de sucumbência.					
9.22 Liquidação e execução da sentença.					
9.23 Legitimados para a liquidação.					
9.24 Escolha do foro pelo lesado individual.					
9.25 Responsabilidade e culpa.					
9.26 Prescrição e decadência.					
10 Execução de ações coletivas.					
11 Lei nº 4.717/1965 e suas alterações (Lei da Ação Popular).					
12 Direitos das pessoas com transtorno mental.					
13 Convenção internacional sobre o Direito das pessoas com deficiência, internalizada pelo Brasil por meio do Decreto nº 6.949/2009.					

DIREITOS HUMANOS

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Teoria geral dos direitos humanos.					
1.1 Conceito, terminologia, estrutura normativa, fundamentação.					
1.2 Teoria crítica dos Direitos Humanos.					
2 Afirmação histórica dos direitos humanos.					
2.1 Origem, sentido e evolução histórica dos Direitos Humanos.					
3 Fundamentos filosóficos dos direitos humanos.					
4 Globalização e direitos humanos.					
5 A proteção internacional dos direitos humanos.					
5.1 Características dos direitos humanos no direito internacional.					
6 Interpretação e aplicação dos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos.					
7 As três vertentes da proteção internacional da pessoa humana.					
7.1 Direitos humanos, direito humanitário e direito dos refugiados.					
8 A interligação entre o direito internacional e o direito interno na proteção dos direitos humanos.					
9 Direitos humanos e a responsabilidade do Estado.					
10 Direitos humanos na Constituição Federal.					
10.1 Mecanismos de proteção aos direitos humanos na Constituição da República do Brasil.					
10.2 Federalização de crimes contra os Direitos Humanos.					
11 A incorporação dos tratados internacionais de proteção de direitos humanos ao direito brasileiro.					
11.1 A posição hierárquica dos tratados internacionais de Direitos Humanos em face da Constituição da República do Brasil.					
12 Reflexos do Direito Internacional dos Direitos Humanos no direito brasileiro.					
13 Sistema internacional de proteção dos direitos humanos.					
14 Universalismo, relativismo cultural e hermenêutica diatópica.					
15 O sistema da Liga das Nações.					
16 Instrumentos internacionais de direitos humanos.					

17 Os limites dos direitos humanos na ordem internacional.					
18 Mecanismos de proteção contra as violações de direitos humanos.					
19 O núcleo de direito internacional dos direitos humanos.					
19.1 Carta das Nações Unidas.					
19.2 Declaração universal de direitos humanos.					
19.3 Pacto internacional de direitos civis e políticos (PIDCP).					
20 Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC).					
21 Convenção para a Prevenção e Punição ao crime de genocídio.					
22 Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados.					
23 Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial.					
24 Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher.					
25 Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.					
26 Convenção sobre os direitos da criança.					
27 Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência.					
28 Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas.					
29 Convenção sobre a diversidade biológica.					
30 Sistema Regional Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos. Organização dos Estados Americanos (OEA).					
30.1 Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Funções e competência. Casos admitidos envolvendo o Brasil.					
30.2 Corte Interamericana de Direitos Humanos. Funções e competência.					
30.2.1. Defensores Interamericanos.					
30.2.2 Decisões envolvendo o Brasil.					
30.3 Convenção Americana de Direitos Humanos.					
30.4 Convenção Interamericana para prevenir e punir a tortura.					
30.5 Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra mulher.					
30.6 Convenção Interamericana sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência.					

31 O controle de convencionalidade.					
32 A execução de decisões oriundas de tribunais internacionais de Direitos Humanos no Brasil.					
33 Direitos Humanos e acesso à justiça.					
33.1 O dever dos estados de promover o acesso à justiça, 100 Regras de Brasília e desenvolvimentos no âmbito da Organização dos Estados Americanos relacionados à Defensoria Pública.					
34 Direitos Humanos em espécie e grupos vulneráveis.					
34.1 Direitos Humanos das minorias e de vítimas de injustiças históricas: mulher, negro, criança e adolescente, idoso, pessoa com deficiência, pessoas em situação de rua, povos indígenas, LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), quilombolas, sem-teto, sem-terra, imigrantes e refugiados.					

HISTÓRIA, ORGANIZAÇÃO, PRINCÍPIOS E NORMAS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA E DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Defensoria Pública na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Distrito Federal.					
2 Estatuto Constitucional da Defensoria Pública. Diferenças e semelhanças em relação ao estatuto constitucional das demais carreiras do sistema de justiça. Princípios Institucionais da Defensoria Pública. Unidade. Indivisibilidade. Independência funcional. Funções típicas e atípicas da Defensoria Pública. Competência para legislar sobre a Defensoria Pública. Autonomias da Defensoria Pública. Funcional. Administrativa. Financeira. Garantias constitucionais e institucionais relativas aos membros da Defensoria Pública.					
3 Defensoria Pública como instituição essencial à conciliação. Defensor Público como instrumento de transformação social.					
4 Defensoria Pública como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado. Relevância e essencialidade da Defensoria Pública no exercício da cidadania e da defesa do estado democrático de direito. Lei Complementar Federal nº 80/1994, com as alterações da Lei Complementar Federal nº 132/2009.					
5 Defensoria Pública e justiça gratuita: distinções. Pressupostos para obtenção da justiça gratuita. Presunção de hipossuficiência. A Lei nº 1.060/1950 e suas alterações.					
6 Defensor Público e a natureza da representação do assistido em juízo. Direito dos assistidos. Defensoria Pública e o patrocínio de pessoas jurídicas.					
7 Estrutura Organizacional e o Regime Jurídico dos membros da Defensoria Pública na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Distrito Federal e na legislação institucional.					
8 A Defensoria Pública e a Advocacia: distinções fundamentais (Lei Complementar Federal nº 80/1994 e suas alterações e Lei Federal nº 8.906/1994 e suas alterações).					
9 Lei Complementar Distrital nº 828/2010 e suas alterações, Lei Complementar Distrital nº 884/2014 e Lei Complementar Distrital nº 908/2016					